

**MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS (MPI)**

**RELATÓRIO TÉCNICO**

**1º Seminário Regional de Consulta de Povos Indígenas em Contextos Urbanos e Periurbanos –  
Região Norte (Pará)**

**Autora:**

**Alanna Souto Cardoso Tupinambá**

**Instituições:**

**Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS)  
Fórum Parawara de Indígenas em Contexto Urbano, Ribeirinho e Rural**

Este relatório apresenta a sistematização do 1º Seminário Regional de Consulta de Povos Indígenas em Contexto Urbano e Periurbano – Região Norte (Pará). O documento reúne a contextualização do evento, programação, participantes e síntese das discussões, destacando consensos, dissensos, desafios e oportunidades para a formulação e implementação de uma Política Nacional voltada aos povos indígenas em contextos urbanos.

A análise considera as dimensões socioeconômicas, territoriais, educacionais, ambientais, culturais e de saúde do Estado do Pará, no contexto da Amazônia brasileira e latino-americana.

Belém, Pará, Amazônia, Brasil.  
Maio de 2025.

## Resumo

Este relatório apresenta a sistematização do 1º Seminário Regional de Consulta de Povos Indígenas em Contextos Urbanos e Periurbanos – Região Norte (Pará), realizado no município de Altamira (PA), em maio de 2025. O documento reúne a contextualização do evento, programação, participantes e síntese das discussões, organizadas em eixos temáticos como saúde, educação, habitação, patrimônio cultural, economia indígena e desenvolvimento social.

Os resultados evidenciam desafios estruturais relacionados ao acesso a direitos, à invisibilização institucional e à ausência de políticas públicas específicas para povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos. Ao mesmo tempo, apontam diretrizes e recomendações para a formulação de uma Política Nacional voltada a essas populações.

Palavras-chave: povos indígenas; contextos urbanos; políticas públicas; Amazônia; interculturalidade.

## **1. Apresentação em contexto e desafios com movimentos indígenas urbanos tradicionais**

O seminário reuniu aproximadamente 50 lideranças indígenas provenientes de diferentes territórios e organizações da região Norte, incluindo representantes do Baixo Tapajós e lideranças do povo Warao em contexto urbano, evidenciando a diversidade de realidades e demandas indígenas na Amazônia paraense.

A atividade contou com a participação de organizações indígenas e de instâncias do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), responsáveis pela coordenação e sistematização institucional do processo, em articulação com o Fórum Parawara de Indígenas em Contexto Urbano, Ribeirinho e Rural e o Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS).

O evento teve como objetivo promover o diálogo entre lideranças indígenas, instituições públicas e organizações da sociedade civil, visando à construção de subsídios para a formulação de uma Política Nacional voltada aos povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos.

A sistematização apresentada neste documento reúne os principais debates, demandas e proposições construídas coletivamente ao longo do seminário, organizadas em eixos temáticos que incluem saúde, educação, habitação, cultura e desenvolvimento social.

Os resultados evidenciam desafios estruturais relacionados ao acesso a direitos, à invisibilização institucional e à ausência de políticas públicas específicas para populações indígenas em contextos urbanos, ao mesmo tempo em que apontam caminhos para o fortalecimento da participação social e para a construção de diretrizes institucionais mais inclusivas.

Este documento busca, assim, contribuir para o reconhecimento da diversidade indígena contemporânea e para o avanço de instrumentos normativos e programáticos que garantam direitos, promovam inclusão socioeconômica e valorizem os modos de vida indígenas em diferentes contextos territoriais.

## **2. Objetivos do seminário**

O seminário teve como objetivo principal levantar e sistematizar informações sobre povos indígenas em contextos urbanos, bem como sobre as organizações, associações e coletivos que os representam na Amazônia e no Brasil, considerando as múltiplas realidades vivenciadas por essas populações nas cidades.

Nesse sentido, o Seminário Regional de Consulta realizado pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), com sede no município de Altamira (PA), teve como eixo central a escuta coletiva das demandas

de indígenas que residem predominantemente em áreas urbanas, muitas vezes desvinculados de territórios oficialmente demarcados pelo Estado.

Ainda assim, esses grupos reivindicam o reconhecimento de suas territorialidades na cidade, incluindo a demarcação de áreas como reservas indígenas urbanas. Destaca-se, nesse contexto, o caso da reserva indígena Tavaquara, em Altamira, que abrange territórios historicamente ocupados pelos povos Xipaya, Curuáia e Juruna, atualmente em processo junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), sob o protocolo nº 08620.013049/2018-74.

Observa-se que os povos indígenas em contextos urbanos estabelecem formas próprias de ocupação e territorialidade, tão significativas quanto aquelas desenvolvidas por comunidades ribeirinhas e rurais, que também reivindicam a demarcação de suas terras, seja como Terras Indígenas, reservas ou terras dominiais.

Esses processos de reconhecimento territorial seguem o Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta os procedimentos administrativos de identificação e delimitação de terras tradicionalmente ocupadas. As Terras Indígenas (TI), reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 como patrimônio da União, destinam-se à posse permanente e ao usufruto exclusivo dos povos indígenas, garantindo a preservação de suas culturas, formas de organização social e modos de vida.

Importa destacar que muitos indígenas oriundos de comunidades ribeirinhas e rurais, inclusive em processos de demarcação, mantêm também domicílio em contextos urbanos, sobretudo em razão da busca por acesso a direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Esse deslocamento está frequentemente associado a situações de vulnerabilidade, conflitos territoriais e limitações no acesso a serviços públicos em seus territórios de origem.

Além disso, evidencia-se a importância da produção de conhecimento comunitário, articulada por sujeitos indígenas em diferentes contextos territoriais, em diálogo com instituições de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a construção de iniciativas autônomas e socialmente referenciadas.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de fortalecimento de mecanismos institucionais que garantam o reconhecimento de lideranças indígenas urbanas, legitimadas por suas associações, fóruns e coletivos, ampliando processos participativos e inclusivos no âmbito das políticas públicas.

Nesse contexto, o Seminário Regional Norte – Sessão do Estado do Pará – contribuiu para consolidar demandas e representatividades indígenas urbanas, visando subsidiar a formulação de uma Política Nacional voltada a esses grupos, com etapa nacional prevista em Brasília.

As discussões também evidenciaram desafios específicos enfrentados por populações indígenas migrantes e em situação de refúgio, como o povo Warao, atualmente presente na região metropolitana de Belém, com participação ativa por meio de suas lideranças organizadas.

## AS 8 ETNOREGIÕES DO PARÁ

REGIONAL	POVOS
ALTAMIRA	JURUNA; PARAKANĀ DO XINGU; KURUAYA; XIPAYA; XIKRIN DO BACAJÁ; ARAWETÉ; ASSURINI DO KOATINEMO; KAYAPÓ KARARÃO; ARARA; PANARÁ
BELÉM	TEMBÉ TENETEHARA; KA'APOR
ITAITUBA / JACAREACANGA	MUNDURUKU; APIAKÁ; KAYABI
ORIXIMINÁ	WAI WAI; KAXUYANA; TIRIYÓ; KATWENA; MAWAYANA; XEREUYANA; TUNAYANA; KAH'YANA; KARAFAYANA; HIXKARYANA; FARUK'WOTO; XOWYANA; TXARUMĀ; TXYK'YANA; INKARI'YANA; ZO'É; WAYANA; APALAÍ
MARABÁ / TUCURUÍ	GAVIÃO AKRĀKIYKATÊJÊ; GAVIÃO KIYKATÊJÊ; GAVIÃO PARKATÊJÊ; AMANAYÉ; ATIKUM; GUARANI M'BYA; GUAJAJARA; ANAMBÉ; KARAJÁ; SURUÍ AIKEWARA; ASSURINI DO TROKARÁ; XIKRIM DO KAETÉ; PARAKANĀ
NOVO PROGRESSO	KAYAPÓ
REDEÇÃO / SÃO FÉLIX	KAYAPÓ; PARAKANĀ
SANTARÉM	ARAPIUN; ARARA VERMELHA; BORARI; KUMARUARA; JARAQUI; MAYTAPU; MUNDURUKU; MUNDURUKU CARA-PRETA; TAPAJÓ; TUPAIU; TUPINAMBÁ; APIAKÁ; TAPUYA; SATERÉ MAWÉ

FONTE: FUNAI

SECRETARIA DOS  
POVOS INDÍGENAS



Fonte: <https://sepi.pa.gov.br/etnoregiones>

Por fim, destaca-se que a Política Nacional em construção se destina a povos indígenas organizados em contextos urbanos e periurbanos, que mantêm vínculos de pertencimento territorial, identidade cultural e formas próprias de organização social, ainda que fora dos parâmetros tradicionais de reconhecimento estatal.

Essa abordagem reforça a necessidade de ampliação das políticas públicas para além dos territórios homologados, reconhecendo a diversidade de contextos indígenas contemporâneos e garantindo o acesso equitativo a direitos fundamentais.

Observa-se que as comunidades indígenas em contextos urbanos permanecem, em grande medida, pouco reconhecidas no âmbito das estruturas formais do movimento indígena no Estado do Pará, sendo ainda insuficientemente contempladas por instâncias como a Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (FEPIPA) e pela atual Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI-PA).

Nesse cenário, destaca-se a atuação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que tem ampliado o acolhimento e o diálogo com essas populações, contribuindo para o avanço do reconhecimento dos povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos e para o fortalecimento de processos de identificação e reivindicação territorial em contextos urbanos, como exemplificado pelo caso da reserva Tavaquara, no município de Altamira (PA).

Outro elemento central a ser destacado refere-se ao processo de mobilização conduzido pelo Fórum Parawara de Indígenas em Contexto Urbano, Ribeirinho e Rural, que, desde maio de 2023, vem articulando lideranças indígenas de diferentes regiões. Esse processo culminou na realização da 1ª Sessão Especial de Indígenas em Contexto Urbano, Ribeirinho e Rural da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), em 26 de outubro de 2023.

A referida sessão reuniu associações indígenas urbanas, ribeirinhas e rurais de Altamira, representantes de Santarém vinculados ao GCI/UFOPA e lideranças indígenas da região metropolitana de Belém, constituindo um marco na articulação política em torno do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos. Entre os encaminhamentos resultantes, destaca-se a escolha de Altamira como cidade-sede do Seminário Regional do Estado do Pará<sup>1</sup>.

O seminário teve como propósito central promover a troca de experiências e a construção de

---

<sup>1</sup> A partir da sessão da ALEPA foi encaminhada uma Moção (No 1570/ 2023) via o presidente da Sessão Parawara de indígenas em contexto urbano e periurbano, deputado Estadual Dirceu Ten Caten á Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará providencie medidas para garantir a inclusão no conselho de política indígena e indigenista do Estado do PA ( CONSEPI-PA) a representatividade dos povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos e periurbanos no Estado do Pará, além de outras questões específicas das entidades indígenas que foram incluídas no moção. Solicitação de notas técnicas referente a sociodiversidade de indígenas (e seus contextos) na moção/ revisão do decreto estadual nº 93, de 9 de maio de 2019 (CONSEPI/PA) ; iniciativa para criação do observatório indígena; solicitação de abertura de um canal de comunicação (ouvidoria/sac) específicas para esses contextos na plataforma do MIP via secretaria nacional responsável para com essas entidades indígenas diversas do estado do Pará para além das TI's e uma nota de comunicação da ALEPA via gabinete do Deputado Estadual Dirceu Ten Caten referente a realização do dia 26 de outubro da SESSÃO ESPECIAL PARAWARA com adendo mais abrangente de indígenas em contexto urbano; ribeirinho e rural resultado de toda mobilização e coordenação do FÓRUM PARAWARA E A REUNIAO COM MPI/ GOVERNO FEDERAL.<https://www.institutocartografandosaberes.com/logomarcas-das-entidades-de-bases-indigenas-forum-parawara-de-indigena-em-contexto-urbano-ribeirinho-e-rural/>.

estratégias voltadas à formulação de uma política pública nacional para povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos. Esse processo considerou a diversidade de situações que caracterizam essas populações, incluindo comunidades organizadas em contextos urbanos, indígenas migrantes e povos indígenas de outros países da América Latina em situação de refúgio, como o povo Warao.

O programa do seminário (Anexo 1) foi estruturado de modo a sistematizar, em nível nacional, as principais demandas apresentadas pelas lideranças participantes, a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Compreender o papel da Coordenação de Promoção de Políticas para Indígenas em Situação de Contexto Urbano (COPSU), do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), responsável por articular ações voltadas à garantia de direitos e ao bem-viver de povos indígenas em áreas urbanas, em articulação com órgãos como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

- Analisar o arcabouço legal, as políticas públicas e os instrumentos institucionais relacionados à temática, incluindo as ações do Departamento de Promoção de Políticas Indígenas e suas coordenações vinculadas, com destaque para as áreas de direitos sociais, saúde, cidadania, diversidade e valorização das línguas e memórias indígenas.

- Promover processos participativos, amplos e inclusivos, para a elaboração de diretrizes da Política Nacional voltada a povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos, considerando metodologias comunitárias e a escuta qualificada de associações e coletivos indígenas.

- Ampliar o diálogo institucional entre órgãos públicos e organizações indígenas, visando à implementação efetiva de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal.

- Fortalecer alianças estratégicas e parcerias nacionais e internacionais, com foco em áreas prioritárias como educação, saúde, habitação, cultura, esporte e segurança.

### **3. Instituições participantes e solenidade de abertura**

Mesa de abertura : 1º Seminário Regional de Consulta “ Indígenas: Inclusão , direitos e desafios dos indígenas em contexto urbano. ”, realizada no município de Altamira (PA).



Fonte: Seminário Regional Norte do Estado do PA: Comunidades indígenas urbanas- Cidade do evento: Altamira (PA). Amazônia. Brasil. **Acervo da autora. IPPCS/ Fórum Parawara de indígenas em contexto urbano, ribeirinho e rural**

Compuseram a mesa de abertura:

- a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), representada pela liderança Gilson Curuaia;
- a Profa. Dra. Alanna Souto Cardoso Tupinambá, representando o Fórum Parawara de Indígenas em Contexto Urbano, Ribeirinho e Rural e o Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS);
- a Prefeitura Municipal de Altamira;
- a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará (SEPI-PA);
- a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), por meio de sua unidade em Altamira;
- o Departamento de Políticas Indígenas e a Coordenação de Promoção de Políticas para Indígenas em Situação de Contexto Urbano (COPSU), vinculados ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Além disso, registrou-se a presença de instituições de ensino superior, pesquisadores, organizações da sociedade civil e demais órgãos governamentais e não governamentais interessados na formulação e regulamentação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas em contextos urbanos.

Contou com apoio logístico e técnico do governo federal- União e reconstrução , a FUNAI, Secult-Altamira; Fadex; IFMA e do MPI. Além da presença da universidade, pesquisadores da sociedade civil organizada e demais órgãos governamentais e não governamentais interessados na discussão dos instrumentos e regulamentação de uma Política Nacional de indígenas em contexto



urbano<sup>2</sup>.

#### **4. Os encaminhamentos/ resultados**

O seminário foi estruturado em sessões temáticas que envolveram lideranças indígenas, representantes institucionais e diferentes segmentos sociais, organizados em grupos de trabalho (GTs). Esses grupos tiveram como objetivo sistematizar demandas, compartilhar experiências e construir proposições coletivas a partir dos contextos apresentados.

As atividades incluíram exposições em formato de painéis, elaboração de mapas mentais e debates orientados, permitindo a identificação de desafios, prioridades e estratégias para a formulação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos.

As informações apresentadas a seguir sintetizam os principais resultados obtidos ao longo dos três dias de debates. A metodologia adotada baseou-se na organização das discussões por eixos temáticos prioritários, definidos pelo Departamento de Políticas Indígenas e pela Coordenação de Políticas para Indígenas em Contextos Urbanos do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Cada grupo de trabalho foi responsável por consolidar diagnósticos, demandas e recomendações, contribuindo para a construção de um conjunto articulado de propostas a serem consideradas no processo de formulação da Política Nacional

##### **4.1 Mapeamento das demandas e estratégias para políticas públicas no âmbito da implementação da Política Nacional.**

No que tange à saúde indígena em contextos urbanos, especialmente nas regiões de Altamira, Santarém e Região Metropolitana de Belém, incluindo povos indígenas migrantes e em situação de refúgio, como o povo Warao, foram identificadas demandas prioritárias a partir das contribuições de lideranças indígenas organizadas em associações, coletivos e fóruns.

Painel Visão Geral da Saúde dos povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos e imigrantes em situações de refúgio.

---

<sup>2</sup> Comunicação do evento instagram do Fórum Parawara de indígenas em contexto urbano, ribeirinho e rural [https://www.instagram.com/p/DKAtEjnyTe/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MXUyd3d2MjVibHY1MA==](https://www.instagram.com/p/DKAtEjnyTe/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MXUyd3d2MjVibHY1MA==)

# MAPA MENTAL POR UMA SAÚDE DIFERENCIADA INTERCULTURAL

## \* BALANÇO DA SAÚDE INDÍGENA BELEM- ALTAMIRA

- SAÚDE - FUNAI ATENDIMENTO NA DEC. 1990-2000
- LANCES DE ATENDIMENTO EM ALTAMIRA

- RETOMADA DA FARMÁCIA VERDE
- POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E RACISMO: INDÍGENAS URBANOS E SUAS MEDICINAS TRADICIONAIS LOCAIS
- CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE INDÍGENA - GASAI / BELEM - ALTAMIRA
- \* O POSTO DO RUC TAWAKUARA ENCONTRA-SE DESLIGADO
- CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS JUNTO AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS DO CONTEXTO RURAL.
- INCLUSÃO DE PROFISSIONAIS PARA OS BELINGUES.
- LEVANTAMENTO DOS MORADORES INDÍGENAS NA CIDADE MIGRANTES E IMIGRANTES.
- AGREGAÇÕES DE DIREITOS MOBILIZAÇÃO JUNTO AS SECRETARIAS ESTADUAIS DE DIREITOS HUMANOS SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Fonte: Seminário Regional Norte do Estado do PA:  
Comunidades indígenas urbanas- Cidade do evento:  
Altamira (PA). Amazônia. Brasil. **Acervo da autora. IPPCS/**  
**Fórum Parawara de indígenas em contexto urbano,**  
**ribeirinho e rural**

#### Em Altamira (PA)- Diagnóstico: cortes, descontinuidade e exclusão

- O atendimento diferenciado à saúde indígena, anteriormente realizado no âmbito da FUNAI, foi descontinuado ao final da década de 1990.
- Verifica-se um histórico de discriminação e exclusão no acesso aos serviços de saúde para indígenas em contexto urbano.
- A atual estrutura de atendimento, como a CASAI, permanece voltada prioritariamente aos indígenas aldeados, excluindo populações urbanas.

#### Principais desafios e demandas

- Ampliação do investimento em saúde indígena por meio da SESAI, incluindo o fortalecimento de práticas tradicionais, como a farmácia natural indígena.
- Garantia de transporte público para acesso ao Posto de Saúde Indígena Tavaquara, bem como implementação de planejamento para gestão hospitalar e atendimento multidisciplinar.
- Reconhecimento do território de Tavaquara, atualmente em processo junto à FUNAI, como referência para políticas públicas de saúde indígena urbana.
- Implementação de atendimento de saúde diferenciado para comunidades indígenas em contexto urbano e periurbano.
- Contratação de profissionais indígenas de saúde, incluindo equipes multilíngues para atendimento de populações diversas, como o povo Warao.
- Garantia de atendimento intercultural e bilíngue, conforme reivindicação das lideranças Warao.
- Ampliação do acesso à saúde para povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos, com base no mapeamento das populações indígenas residentes em Altamira.
- Valorização e sistematização da farmácia natural indígena, em articulação com associações indígenas e práticas de medicina tradicional.
- Combate ao racismo institucional nos serviços de saúde.

Diretrizes gerais propostas:

- Capacitação de profissionais de saúde para atuação intercultural, com respeito às práticas e saberes indígenas.
- Desenvolvimento de programas preventivos, incluindo vacinação, controle de doenças endêmicas e ações de saúde sexual e reprodutiva em contextos urbanos.
- Fortalecimento de parcerias entre lideranças indígenas e profissionais de saúde, garantindo participação social contínua na formulação e implementação das políticas.
- Contratação de intérpretes Warao para atuação nos serviços de saúde e educação, considerando a existência de aproximadamente 20 intérpretes disponíveis que podem ser incorporados às políticas públicas.

#### 4.2 Sessão – Painel educação para povos indígenas em contextos urbanos

Grupo de Trabalho (GT): Educação Indígena e Educação Escolar Indígena – por uma construção intercultural na formação

#### MAPA MENTAL DA EDUCAÇÃO INDÍGENA VERSUS A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

GT- Educação Indígena  
X  
A Educação Escolar Indígena.

- ✓ Educação Intercultural e Inclusão nas Escolas Urbanas;
- ✓ Educação Comunitária e Educação Escolar;
- ✓ Construção da Escola Warao na região Metropolitana de Belém;
- ✓ Valorização e fortalecimento do Projeto Político Pedagógico (mult) Cultural da Escola Indígena Kirinapara Karua no Ruc Tavaquara;
- ✓ Formação diferenciada para os docentes que atendem os estudantes indígenas na Educação Básica e Superior;
- ✓ Educação Bilingüe,



Fonte: Seminário Regional Norte do Estado do PA: Comunidades indígenas urbanas- Cidade do evento: Altamira (PA). Amazônia. Brasil. Acervo da autora. IPPCS/ Fórum Parawara de indígenas em contexto urbano, ribeirinho e rural

O grupo de trabalho sobre educação indígena em contextos urbanos teve como foco a construção de diretrizes para uma educação intercultural, inclusiva e territorialmente referenciada, considerando a diversidade de contextos vivenciados por povos indígenas nas cidades, incluindo populações migrantes e em situação de refúgio, como o povo Warao.

A sistematização das discussões, realizada por meio de mapas mentais e debates coletivos, evidenciou a necessidade de articulação entre educação indígena comunitária e educação escolar indígena no contexto urbano, com ênfase na construção de projetos pedagógicos próprios.

#### Principais demandas e proposições

- Implementação de projetos político-pedagógicos interculturais voltados a escolas indígenas em contextos urbanos, com destaque para a escola indígena Ruck Tavaquara, em Altamira, (PA).
- Criação e implementação de escola indígena específica para o povo Warao na Região Metropolitana de Belém, com estrutura trilingue.
- Ampliação de vagas no ensino superior para indígenas em contextos urbanos e periurbanos, com reconhecimento de associações, conselhos e fóruns como instâncias legitimadoras para acesso às políticas de inclusão.
- Realização de concursos públicos específicos para docentes indígenas urbanos, com reconhecimento institucional de suas formas de organização coletiva.
- Desenvolvimento de formação docente intercultural, voltada à atuação em contextos urbanos, com valorização dos saberes indígenas e da educação comunitária.
- Criação de cursinhos preparatórios para ingresso de estudantes indígenas urbanos no ensino superior.
- Implementação de currículos interculturais e bilíngues, em consonância com a Lei nº 11.645/2008, com ampliação de sua aplicação no ensino superior.
- Expansão da oferta de educação pública em áreas urbanas com presença indígena, com infraestrutura adequada e políticas de permanência estudantil.
- Contratação de profissionais bilíngues para atuação na educação básica e no ensino superior, incluindo o atendimento a povos indígenas migrantes, como o povo Warao.
- Fortalecimento de projetos de extensão universitária voltados à educação comunitária indígena.
- Formação continuada de educadores indígenas urbanos, com foco na diversidade cultural e linguística.

- Criação de programas de bolsas de estudo e apoio acadêmico para garantir permanência de estudantes indígenas em contextos urbanos.

#### Demandas específicas do povo Warao

- Criação de escola formal na Região Metropolitana de Belém, com reconhecimento institucional de suas especificidades culturais e linguísticas.
- Contratação de docentes indígenas Warao bilíngues, considerando as dificuldades linguísticas enfrentadas nos espaços educacionais.
- Contratação de intérpretes Warao para atuação nos serviços de educação e saúde, considerando a existência de aproximadamente 20 profissionais disponíveis para atuação imediata.

#### Diretrizes gerais

- Promoção de uma educação indígena urbana que articule saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos.
- Garantia de políticas educacionais que reconheçam a diversidade de contextos indígenas contemporâneos.
- Fortalecimento da participação das lideranças indígenas na construção, implementação e avaliação das políticas educacionais.

### 4.3 Sessão – Painel Patrimônio Cultural, Economia Indígena e Igualdade Étnico-Racial

#### Mapa da cultura indígena urbana , a economia local e questão da igualdade étnico-racial :



Imagem 4: Grupo- Liderança Xipaia e Jackson Tupinambá- Santarem ; Imagem 5: GT- Coord. pela prof. Dra. Alanna Tupinambá , apresentação da imagem da liderança mulher indígena Warao Josefina Gimenez do Conselho Warao Odjuna- Articuladora Warao do Fórum Parawara de indigena em contexto urbano, ribeirinho e rural. **Fonte:** Seminário Regional Norte do Estado do PA: Comunidades indígenas urbanas- Cidade do evento: Altamira (PA). Amazônia. Brasil. **Acervo da autora. IPPCS/ Fórum**



## **Parawara de indígenas em contexto urbano, ribeirinho e rural**

O grupo de trabalho abordou as relações entre cultura indígena urbana, economia local e promoção da igualdade étnico-racial, destacando o papel estratégico das organizações indígenas na produção cultural, geração de renda e fortalecimento da sociodiversidade.

As discussões, sistematizadas por meio de mapas conceituais e debates coletivos, evidenciaram a necessidade de políticas públicas integradas que reconheçam a centralidade da cultura indígena como eixo estruturante para o desenvolvimento econômico e social em contextos urbanos.

Principais demandas e proposições:

- Implementação de projetos de intercâmbio cultural envolvendo povos indígenas do Xingu e organizações indígenas urbanas de Altamira, com destaque para a realização de jogos indígenas como estratégia de fortalecimento cultural e integração territorial.
- Atuação do poder público municipal como mediador e facilitador na articulação entre comunidades indígenas urbanas e povos indígenas aldeados do Xingu, garantindo condições para realização de eventos culturais e interculturais.
- Valorização e fortalecimento da sociodiversidade indígena no âmbito das políticas de igualdade étnico-racial.
- Reconhecimento da interculturalidade como elemento central para o fortalecimento das organizações indígenas urbanas, incluindo processos de retomada, recriação e revitalização de práticas culturais tradicionais.
- Criação e ampliação de editais públicos e instrumentos legais de fomento que garantam financiamento contínuo para projetos culturais desenvolvidos por organizações indígenas em contextos urbanos, ribeirinhos e rurais.
- Promoção de eventos culturais e formativos voltados ao combate ao racismo, articulando cultura, direitos indígenas e geração de renda por meio de atividades como produção artesanal, vestuário étnico e iniciativas culturais.
- Fortalecimento de ações formativas destinadas a associações indígenas urbanas e populações indígenas migrantes e refugiadas, em articulação com a sociedade civil organizada, a COIAB, o Fórum Parawara e o poder público.
- Estruturação de instâncias de articulação antirracista indígena no âmbito municipal, em diálogo com a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará (SEPI-PA) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

#### Demandas específicas do povo Warao:

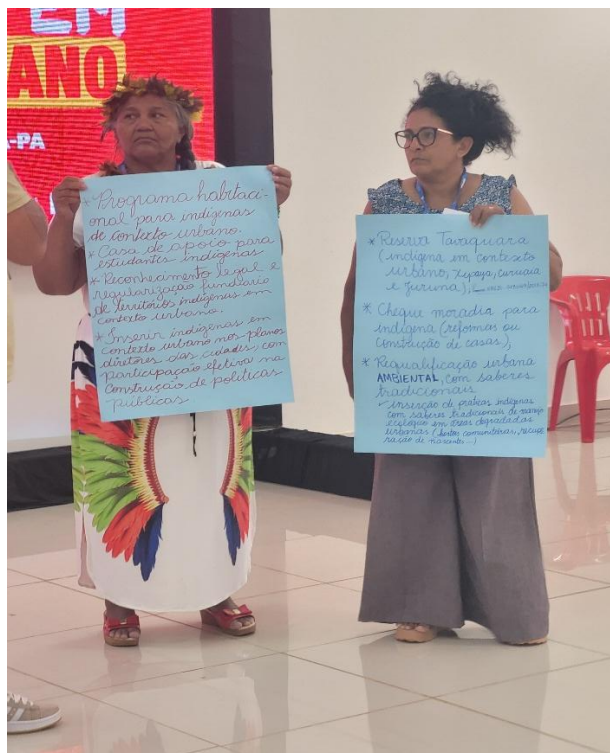
- Garantia de continuidade e manutenção de projetos culturais já aprovados junto à Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT-PA).
- Criação de canais permanentes de financiamento e apoio institucional para povos indígenas migrantes e refugiados, visando o fortalecimento cultural e a sustentabilidade econômica.
- Promoção de políticas públicas voltadas à economia da cultura indígena, com foco na geração de renda e autonomia das comunidades Warao.

#### Diretrizes gerais

- Integração entre cultura, economia e políticas de igualdade étnico-racial como eixo estruturante das políticas públicas para povos indígenas em contextos urbanos.
- Reconhecimento da cultura indígena como vetor de desenvolvimento local e de fortalecimento das identidades coletivas.
- Ampliação de políticas de fomento à economia cultural indígena, garantindo sustentabilidade e continuidade das iniciativas.



#### 4.4 Sessão Painel Habitação



**Fonte:** Seminário Regional Norte do Estado do PA: Comunidades indígenas urbanas- Cidade do evento: Altamira (PA). Amazônia. Brasil. **Acervo da autora.** IPPCS/ Fórum Parawara de indígenas em contexto urbano, ribeirinho e rural

O grupo de trabalho sobre habitação discutiu os desafios enfrentados por povos indígenas em contextos urbanos, especialmente no que se refere ao acesso à moradia digna, à regularização fundiária e à reparação de impactos decorrentes de grandes empreendimentos.

As discussões evidenciaram a necessidade de construção de políticas habitacionais específicas para povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos, considerando suas formas próprias de organização social, territorialidade e modos de vida.

### Principais demandas e proposições:

- Criação de programas habitacionais específicos para povos indígenas em contextos urbanos, incluindo a implementação de conjuntos habitacionais destinados a essas populações, com moradias adequadas às suas práticas socioculturais, como casas com espaços amplos e áreas externas.
- Realização de mapeamento das famílias indígenas sem acesso à moradia, visando subsidiar a ampliação de programas habitacionais, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, para indígenas em contextos urbanos nas regiões de Altamira, Santarém e na Região Metropolitana de Belém.

- Fortalecimento da articulação entre associações indígenas urbanas para incidência na formulação de uma Política Nacional de habitação voltada às comunidades indígenas em contextos urbanos.
- Implementação de medidas de reparação para povos indígenas afetados por grandes empreendimentos, com destaque para os impactos decorrentes da atuação da empresa Norte Energia, incluindo:
  - reorganização das moradias;
  - garantia de acesso à energia elétrica, água potável e internet;
  - atualização e reabertura de cadastros e mapeamentos de famílias indígenas ainda não reassentadas, especialmente no bairro Ruck Tavaquara, em Altamira.

#### Demandas específicas do povo Warao

- Criação de espaços de moradia adequados às suas formas de vida, preferencialmente em áreas com características ambientais compatíveis, como regiões com acesso a rios e áreas verdes, incluindo territórios na Região Metropolitana de Belém (ilhas, Ananindeua e Mosqueiro).
- Garantia de infraestrutura básica nos territórios de moradia, incluindo saneamento, água potável, energia elétrica e acesso à internet.

#### Diretrizes gerais

- Reconhecimento da moradia como direito fundamental para povos indígenas em contextos urbanos, articulado à garantia de território, identidade cultural e bem-viver.
- Desenvolvimento de políticas habitacionais que considerem especificidades culturais e territoriais, evitando modelos padronizados incompatíveis com os modos de vida indígenas.
- Integração entre políticas de habitação, infraestrutura urbana e direitos sociais, garantindo condições dignas de permanência nas cidades.

### **4.5 Painel de encaminhamentos finais – 21 de maio de 2025**

Indicações de representantes para o Seminário Nacional de Indígenas em Contexto Urbano – Brasília

A sessão final do seminário teve como objetivo promover um debate aberto para aprofundamento das discussões sobre ações e estratégias voltadas ao avanço na identificação, elaboração e implementação de uma Política Nacional para povos indígenas em contextos urbanos, incluindo populações indígenas migrantes e em situação de refúgio nas regiões metropolitanas da Amazônia e do

Brasil.

As discussões foram fundamentadas nos resultados dos grupos de trabalho (GTs), que priorizaram demandas relacionadas aos seguintes eixos: educação, saúde, patrimônio cultural, economia indígena, igualdade étnico-racial e habitação.

No caso do Seminário Regional Norte – Pará (Altamira), destaca-se que sua realização foi resultado de um processo de mobilização articulado com o poder público, iniciado no âmbito do legislativo, por meio da 1ª Sessão Especial Parawara da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), realizada em 26 de outubro de 2023, sob presidência do deputado estadual Dirceu Ten Caten.

Esse processo contou com a articulação do Fórum Parawara de Indígenas em Contexto Urbano, Ribeirinho e Rural, envolvendo comunidades indígenas da Região Metropolitana de Belém, Altamira e Santarém, o que contribuiu para o amadurecimento institucional da agenda junto ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI), especialmente no âmbito da Coordenação de Políticas para Indígenas em Contextos Urbanos.

Ao final das apresentações dos GTs, o coordenador da referida política informou sobre a realização de um Seminário Nacional de Indígenas em Contexto Urbano, com o objetivo de apresentar a sistematização das demandas e subsidiar a formulação da Política Nacional voltada a essas populações.

A proposta prevê uma construção democrática, baseada em etapas, agendas articuladas e estratégias de inclusão, considerando a diversidade das populações indígenas em contextos urbanos e periurbanos.

Destaca-se a importância da realização do seminário nacional como espaço de deliberação e formalização de decisões, incorporando as demandas organizadas pelas comunidades indígenas das cidades da Amazônia e do Brasil. Ressalta-se, ainda, a necessidade de participação qualificada de lideranças indígenas, pesquisadores e intelectuais indígenas, especialmente aqueles que acompanharam o processo de construção da agenda pública no Estado do Pará.

Para o pleito nacional, foram indicadas, a partir da articulação do Fórum Parawara, as seguintes lideranças indígenas:

- Claudio Curuaia (AIMA – Altamira)
- Jucélia Maitapu (CITA – Santarém)

#### **4.6 Política de desenvolvimento social**

A promoção da inclusão social e o combate à pobreza entre povos indígenas em contextos urbanos requerem políticas integradas que articulem dimensões sociais, econômicas e culturais.

As principais iniciativas propostas incluem:

- Programas de transferência de renda: ampliação do acesso a políticas sociais, como o Bolsa Família, adaptadas às necessidades específicas das comunidades indígenas urbanas e periurbanas, bem como de populações indígenas migrantes estabelecidas nas regiões metropolitanas de Belém, Altamira e Santarém.
- Capacitação profissional: oferta de cursos técnicos e de formação profissional voltados à inserção dos povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos e migrantes no mercado de trabalho.
- Inclusão socioproductiva: desenvolvimento de projetos que fortaleçam redes de empreendedores indígenas em seus coletivos e comunidades urbanas.
- Habitação digna: implementação de políticas habitacionais que respeitem as especificidades culturais e garantam condições adequadas de moradia.
- Fortalecimento cultural: criação de espaços urbanos voltados à valorização das tradições indígenas, como centros culturais e feiras de artesanato, nas cidades da Região Metropolitana de Belém, Altamira e Santarém.

#### **Conclusão:**

A construção de políticas públicas voltadas aos povos indígenas em contextos urbanos e periurbanos representa um passo fundamental para a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da diversidade cultural no Brasil.

A articulação entre saúde, educação e desenvolvimento social é essencial para garantir o acesso equitativo a direitos e oportunidades, promovendo condições de vida dignas para essas populações.

A elaboração dessas políticas exige um processo integrado entre os diferentes níveis de governo e a participação ativa das comunidades indígenas, assegurando que suas demandas sejam efetivamente incorporadas.

Nesse contexto, o Poder Executivo desempenha papel central na implementação das políticas públicas, devendo garantir que os objetivos definidos resultem em benefícios concretos.

A participação contínua das comunidades indígenas nos processos decisórios é condição indispensável para o êxito das políticas propostas.

Este documento reúne as principais ações necessárias nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento social, destacando a importância de um processo coletivo, participativo e territorialmente situado.

#### Desafios e perspectivas estratégicas

Os principais desafios identificados incluem:

- Acesso à terra: a garantia da posse e do uso da terra em contextos urbanos apresenta elevada complexidade, agravada pela urbanização e pela especulação imobiliária.
- Fortalecimento das identidades coletivas: manutenção das identidades culturais frente às pressões de assimilação e à ausência de espaços adequados.
- Inclusão socioeconômica: ampliação do acesso ao mercado de trabalho e a serviços públicos, como saúde e educação.
- Discriminação e preconceito: enfrentamento do racismo étnico-racial, especialmente contra indígenas em contextos urbanos.

#### Objetivos da Política Nacional

A Política Nacional para indígenas em contexto urbano visa:

- Garantir acesso à terra, moradia e direitos territoriais.
- Promover a valorização da identidade cultural indígena nas cidades.
- Ampliar a inclusão socioeconômica por meio de políticas específicas.
- Combater a discriminação e promover igualdade de oportunidades.

#### Iniciativas em andamento

Diversas iniciativas estão em curso, incluindo:

- Encaminhamento dos resultados dos seminários e sessões especiais aos órgãos públicos.
- Desenvolvimento de programas de apoio nas áreas de educação, saúde e economia.
- Estabelecimento de parcerias com universidades, organizações da sociedade civil e instituições públicas.

## **Considerações finais**

O Ministério dos Povos Indígenas reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos das populações indígenas em contextos urbanos, por meio da implementação de políticas inclusivas e culturalmente adequadas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a valorização da diversidade cultural no Brasil.

ANEXO 1



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS (MPI)**

**SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS**

**DEPARTAMENTO DE POLÍTICA INDÍGENA E INDIGENISTA**

**COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE CONTEXTO URBANO**

**Seminário:** Seminário Regional de Consulta Norte- Estado do Pará – Indígenas: Inclusão, direitos e desafios.

**Data:** 19, 20 e 21 de maio de 2025.

**Local:** Auditório da prefeitura municipal de Altamira (PA).

**Programação**

**PROGRAMAÇÃO**  
**SEMINÁRIOS REGIONAIS SOBRE INCLUSÃO,  
DIREITOS E DESAFIOS DOS INDÍGENAS EM  
CONTEXTO URBANO**

1º DIA MANHÃ	2º DIA MANHÃ	3º DIA
	08h00 às 08h30 – Inscrições	09h00 às 10h30 – Debate em Grupos • Tema: <b>Preservação e Promoção Cultural e Outras Demandas</b>
	08h30 às 09h00 – Divisão dos Grupos 09h00 às 10h30 – Debate em Grupos Tema: <b>Saúde</b> 10h30 às 10h50 – Intervalo 10h50 às 12h00 – Apresentação em Plenário	10h30 às 11h00 – Intervalo 11h00 às 12h00 – Apresentação em Plenário
TARDE	TARDE	TARDE
15h00 às 16h00 – Recepção e credenciamento 16h00 às 17h30 – Mesa de abertura 17h30 às 18h00 – Reflexão Tema: O que é ser indígena em contexto urbano?	14h00 às 16h00 – Debate em Grupos • Tema: <b>Educação</b>  • 16h00 às 16h20 – Intervalo 16h20 às 18h00 – Apresentação em Plenário	14h00 às 15h30 – Debate em Grupos Tema: <b>Habitação</b>  15h30 às 15h50 – Intervalo 15h50 às 16h30 – Apresentação em Plenário 16h30 às 17h30 – Encerramento
NOITE	NOITE	
Livre	Livre	

**PROGRAMAÇÃO**

**SEMINÁRIOS REGIONAIS SOBRE INCLUSÃO, DIREITOS E DESAFIOS DOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO**

1º DIA – 19/05/2025	2º DIA	3º DIA
MANHÃ	MANHÃ	
	08h00 às 08h30 – Inscrições	09h00 às 10h30 – Debate em Grupos • Tema: <b>Preservação e Promoção Cultural e Outras Demandas</b>
	08h30 às 09h00 – Divisão dos Grupos 09h00 às 10h30 – Debate em Grupos Tema: <b>Saúde</b> 10h30 às 10h50 – Intervalo 10h50 às 12h00 – Apresentação em Plenário	10h30 às 11h00 – Intervalo 11h00 às 12h00 – Apresentação em Plenário
TARDE	TARDE	TARDE
15h00 às 16h00 – Recepção e credenciamento 16h00 às 17h30 – Mesa de abertura 17h30 às 18h00 – Reflexão Tema: O que é ser indígena em contexto urbano?	14h00 às 16h00 – Debate em Grupos • Tema: <b>Educação</b> • Responsável: Dr Alanna 16h00 às 16h20 – Intervalo 16h20 às 18h00 – Apresentação em Plenário	14h00 às 15h30 – Debate em Grupos Tema: <b>Habitação</b> 15h30 às 15h50 – Intervalo 15h50 às 16h30 – Apresentação em Plenário 16h30 às 17h30 – Encerramento
NOITE	NOITE	
Livre	Livre	

**Obs.** Os grupos devem considerar o tempo disponível, para que possam apresentar sem comprometer o tempo dos demais grupos.



Como citar este documento:

TUPINAMBÁ, Alanna Souto Cardoso. Relatório do 1º Seminário Regional de Consulta de Povos Indígenas em Contextos Urbanos e Periurbanos – Região Norte (Pará). Belém: IPPCS / Fórum Parawara, 2025.

Licença: Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)